



MÉDIO TEJO

COMUNIDADE
INTERMUNICIPAL

Fornecimento e Instalação de Sinalética das Rotas e
Percursos no Médio Tejo

CP/02/2018

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

CP/02/2018 - Fornecimento e Instalação de Sinalética das Rotas e Percursos no Médio Tejo
Programa de Procedimento

Cláusula 1.ª

Objeto do concurso

O presente concurso tem por que tem por objeto principal o fornecimento e instalação de sinalética das rotas e percursos no Médio Tejo, incluindo os trabalhos prévios de validação e afinação no terreno do projeto de sinalética, o apoio no processo de homologação dos percursos pedestres, a conceção gráfica dos suportes informativos e a produção de outputs finais do projeto, nomeadamente relatório técnico dos percursos e informação georreferenciada da sinalética implementada, dividindo-se nos seguintes lotes:

- **Lote 1:** GR Tejo e Percursos Complementares GR Zêzere, que inclui os seguintes percursos:
 - GR Tejo | Ortiga – Alvega
 - GR Tejo | Constância – Vila Nova da Barquinha
 - GR Tejo | Percurso Complementar Alvega
 - Ligação GR Tejo – GR Zêzere
 - GR Zêzere – Percurso Complementar Martinchel
 - GR Zêzere – Percurso Complementar Souto
- **Lote 2:** GR Carso

Cláusula 2.ª

Entidade adjudicante

1. A Entidade Adjudicante é a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com sede na Av.ª General Bernardo Faria, Apartado 4, 2304-909 Tomar, com o endereço eletrónico geral@cimt.pt , telefone n.º 249 730 060 , fax n.º 249 730 069 e sítio na internet www.mediotejo.pt
2. A Plataforma eletrónica de Contratação Pública utilizada é a AcinGov e encontra-se acessível através do sítio eletrónico <https://www.acingov.pt>

CP/02/2018 - Fornecimento e Instalação de Sinalética das Rotas e Percursos no Médio Tejo
Programa de Procedimento

Cláusula 3.ª

Órgão que tomou a decisão de contratar

O órgão que tomou a decisão de contratar foi o Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, por deliberação datada de 24 de maio de 2018, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 36º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 4.ª

Peças do Procedimento

1. O processo relativo ao presente Concurso é composto e rege-se pelas seguintes peças:
 - a. Anúncio;
 - b. Programa do Concurso e seus anexos;
 - c. Caderno de Encargos e seus anexos.
2. O processo a que se refere o n.º 1 integra ainda, a verificarem-se, os esclarecimentos e retificações que venham a ser prestados nos termos definidos no presente Programa do Procedimento.

Cláusula 5.ª

Disponibilização das Peças do Procedimento

1. O anúncio, Programa do Concurso e o Caderno de Encargos encontram-se disponíveis na Plataforma Eletrónica de contratação pública utilizada pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (doravante designada apenas por Plataforma Eletrónica), no endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>, podendo as mesmas ser consultadas mediante inscrição na Plataforma Eletrónica.
2. O acesso ao Procedimento e às Peças do mesmo é gratuito e permite efetuar a consulta de todos os atos do procedimento que devam ser publicados, bem como a apresentação de propostas.

Cláusula 6.ª

Órgão competente para prestar esclarecimentos

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do Júri do procedimento designado para este procedimento.
2. Os pedidos de esclarecimento de quaisquer dúvidas surgidas na interpretação das peças do procedimento deverão ser apresentados, por escrito, na plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt> durante o primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, através da plataforma eletrónica, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Cláusula 7.ª

Leilão eletrónico

Não há lugar a leilão eletrónico.

Cláusula 8.ª

Documentos que constituem as propostas

1. Além dos documentos referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 57º do Código dos Contratos Públicos na atual redação, as propostas deve conter:
 - a) Proposta de preço, através do preenchimento do ficheiro "Anexo A_Modelo_proposta de preço", indicando na "coluna c" os preços unitários propostos para os diversos bens a fornecer bem como aos serviços a prestar (valores sem IVA), para o(s) lote(s) a que concorre;
 - b) Memória descritiva, com a identificação dos meios e recursos a afetar ao projeto e descrição da metodologia proposta para a realização dos trabalhos objeto de contrato.

CP/02/2018 - Fornecimento e Instalação de Sinalética das Rotas e Percursos no Médio Tejo
Programa de Procedimento

- c) Catálogo técnico da sinalética a fornecer, com detalhe das especificações técnicas, em português, e indicação dos respetivos prazos de garantia.
- d) Certidão do registo comercial.

Cláusula 9.ª

Propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Cláusula 10.ª

Modo de apresentação das propostas

A apresentação das propostas deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, devendo cumprir com o disposto nas alíneas seguintes:

- a) As propostas devem ser apresentadas na Plataforma Eletrónica utilizada pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, até às 23:59 horas do 21º dia a contar da data do envio do anúncio para publicação.
- b) O prazo obrigatório de manutenção das propostas é de 66 dias a contar do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- c) A entrega das propostas do presente procedimento será efetuada na plataforma de contratação acessível através do sítio eletrónico <https://www.acingov.pt>

Cláusula 11.ª

Critério de adjudicação

A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de melhor relação qualidade-preço, de acordo com o modelo de avaliação de propostas constante do **Anexo B** ao Programa de Procedimento.

Cláusula 12.ª

Documentos habilitação

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os documentos de Habilitação referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, designadamente:
 - a. Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos;
 - b. Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online de que se encontra nas seguintes situações:
 - i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou se for o caso, no Estado em que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55º do CCP.
 - ii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado em que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
 - c. Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
 - d. Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.
2. No caso de o adjudicatário ser um Agrupamento devem ser entregues os documentos de habilitação referidos no n.º 1, da presente cláusula, por todos os membros do agrupamento.
3. Documento associação agrupamento, se a adjudicação recair em Proposta apresentada por um Agrupamento.

CP/02/2018 - Fornecimento e Instalação de Sinalética das Rotas e Percursos no Médio Tejo
Programa de Procedimento

4. Pelo disposto no n.º 2 do artigo 86º conjugado com a alínea g) do n.º 1 do art.º 132º ambos do Código dos Contratos Públicos, são considerados 3 úteis para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados.

Cláusula 13.ª

Modo de prestação da caução

1. Nos termos do n.º 2 do art.º 88º do Código dos Contratos Públicos é exigível a prestação de caução.
2. A caução destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, deve ser prestada:
 - a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem de Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, nos termos do modelo constante do **Anexo 1** ao presente programa, que dele faz parte integrante;
 - b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos dos modelos constantes dos **Anexos 2 e 3** ao presente programa, que dele faz parte integrante.

Cláusula 14.ª

Valor da Caução

Nos termos do n.º 1 do art.º 89º do Código dos Contratos Públicos o valor a prestar de caução é de 5% do preço contratual.

Cláusula 15.ª

Despesas de Encargos

As despesas e os encargos inerente à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

CP/02/2018 - Fornecimento e Instalação de Sinalética das Rotas e Percursos no Médio Tejo
Programa de Procedimento

Artigo 16º
Modalidade Jurídica do Agrupamento

Em caso de seleção todos os membros do Agrupamento selecionado, e apenas estes, devem associar-se antes da celebração do contrato na modalidade de Agrupamento Complementar de Empresas (ACE), consórcio ou associação com responsabilidade solidária.

Anexos:

Anexo B – Modelo de Avaliação das Propostas

Anexo 1 – Caução Modelo Depósito Bancário

Anexo 2 – Caução Modelo Garantia Bancária

Anexo 3 – Caução Modelo Seguros Caução